

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

CRISE DE SUPERPRODUÇÃO E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Rodrigo Dantas

Doutor em Filosofia pela UFRJ;

Professor do Depto. de Filosofia da UnB.

Resumo

O texto enfoca o fato de estarmos diante de uma crise que é “expressão concreta do fato de que não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa de capitais sobre-excedentes que diariamente circulam nos mercados financeiros de todo o planeta”. O autor passa a deslindar os nexos da teoria das crises na perspectiva marxista. Trata-se de repor as pilastras teóricas da crise de superacumulação e, ainda mais, de demonstrar a dialética operante entre a esfera financeira (fictícia ou não) e a base produtiva do sistema.

Palavras-Chave: Superprodução; Capital; Ecologia.

INTRODUÇÃO

1. A maior crise do capitalismo desde 1929

Assim como em 1929, estamos diante de uma clássica crise de superprodução desencadeada pela explosão de uma megabolha especulativa no coração do sistema financeiro da maior economia do planeta. Ao tentar romper seus limites estruturais, o capitalismo produziu uma massa de capitais excedentes e fictícios sem precedentes na história: a superprodução e superacumulação de capitais desencadearam uma espiral de queda da taxa de lucro que não pôde ser contida nem mesmo pela maior intervenção já feita pelos Estados nacionais na economia, que pelas mais diversas vias já injetaram, até aqui, mais de dez

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trilhões de dólares para salvar bancos e empresas falidas e injetar liquidez no sistema financeiro em decomposição.

Antes mesmo que se produzisse a queda da taxa de lucro em 2007, prenunciando o aprofundamento decisivo da crise em 2008/2009, já havia claros sinais de que uma grave crise estava fermentando nos subterrâneos do capitalismo. Na esteira da restauração do capitalismo na Rússia, no Leste Europeu e na China e do fim daquele que foi o século mais revolucionário da história, durante duas décadas de expansão ‘globalizada’ do capital houve um crescimento brutal da quantidade de capitais que disputam pela apropriação da mais-valia produzida¹. Este crescimento se traduziu numa pressão cada vez mais intensa sobre a taxa de lucro, que forçou a liberalização e o crescimento exponencial de toda espécie de operações especulativas e, depois de ter levado à bancarrota financeira diversos países ao longo dos últimos quinze anos², teve como resultado a produção de uma massa crescente de capitais puramente fictícios aos quais já não corresponde nenhum valor e nenhuma capacidade de produzir ou extrair mais-valia adicional³. Uma imensa montanha de créditos e dívidas podres foi artificialmente

¹ Os principais fatores determinantes da expansão do capital depois da crise dos anos 70 foram: a) a restauração do capitalismo na China, na Rússia, no Leste Europeu e na Ásia, que abriu novas fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores, permitindo ao imperialismo explorar diretamente os trabalhadores destes países, principalmente na China e no resto da Ásia, que se transformaram na ‘fábrica do mundo’ mediante a oferta de mão-de-obra barata e abundante; b) a quebra dos monopólios estatais e sua privatização, abrindo espaço para a exploração direta das riquezas naturais; c) as privatizações das empresas estatais, dos serviços públicos e da infraestrutura da sociedade, que permitiu ao capital explorar diretamente uma grande quantidade de trabalhadores e auferir grandes lucros monopolistas mediante o controle de setores da economia que até então se achavam sob o poder do Estado; d) o fim das reservas de mercado e de outros mecanismos protecionistas, com a abertura das economias nacionais ao investimento das corporações que operam no mercado mundial; e) os ganhos de produtividade e o aumento na extração de mais-valia relativa advindos da introdução das novas tecnologias de informação e comunicação na base dos processos produtivos; f) a introdução de novas formas de aumento da exploração do trabalho assalariado e de extração de mais-valia absoluta e relativa, advindos dos processos de ‘reestruturação produtiva’, da ‘flexibilização’ das relações trabalhistas, das terceirizações, do aumento da informalidade, da generalização de contratos precários, da eliminação sistemática de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, etc. g) a liberalização e a desregulamentação dos fluxos de capital, que permitiram ampliar enormemente a oferta de créditos e capitais e sua crescente mobilidade em todo o planeta.

² México em 94/95, Brasil, Argentina e América Latina em 1997/98 e 2000/01, Rússia, Leste Europeu e ‘tigres asiáticos’ em 1998, dentre outras, foram crises geradas pelas políticas econômicas monetaristas e privatizantes impostas pelo imperialismo e seus organismos internacionais, que fizeram explodir o endividamento e terminaram se expressando na forma de saques imperialistas em larga escala aos cofres públicos destes países.

³ “Porque o aspecto monetário do valor é sua forma independente e tangível, a forma D-D, cujos pontos de partida e de chegada são o dinheiro real, expressa da maneira mais tangível a ideia de “ganhar dinheiro”, que é o principal motor da produção capitalista. O processo de produção capitalista apareceu unicamente como um passo

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

construída e sistematicamente inflada com a cumplicidade ativa dos organismos internacionais, do sistema financeiro, dos Estados nacionais e de suas autoridades monetárias em todo o planeta. Seu resultado foi o descolamento entre os mais diversos tipos de ativos financeiros em circulação no planeta, estimado em 2008 como algo que ultrapassa a fantástica cifra de 600 trilhões de dólares, e o PIB mundial, de cerca de 58 trilhões de dólares.

Os números que retratam a profundidade da crise e a análise das tendências estruturais do capitalismo indicam que podemos estar no início de um longo período de destruição e declínio das forças produtivas, em que o capital não terá outra saída senão utilizar os mais violentos meios a seu alcance para restaurar as condições de reprodução ampliada⁴. Como todas as grandes crises do capitalismo, a que agora se inicia é a expressão concreta do fato de que não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa de capitais sobre-excedentes que diariamente circulam nos mercados financeiros de todo o planeta. Depois de um período de expansão no processo de reprodução ampliada do capital, a superprodução, a sobreacumulação e o sobreinvestimento de capitais estenderam-se, como em

intermediário inevitável, como um mal necessário para ganhar dinheiro. Por isso, todas as nações que funcionam segundo o modo de produção capitalista padecem periodicamente da vertigem de querer ganhar dinheiro sem a intermediação do processo de produção”. (MARX, 1867, p. 54).

⁴ Vejamos o que dizem alguns dos principais dados da economia mundial. Em 2008, nos EUA, a queda na produção industrial foi de 10%; no quarto trimestre deste mesmo ano, depois do estouro da bolha especulativa do mercado imobiliário e do anúncio da falência de grandes bancos e empresas, a queda do PIB nos EUA foi de 6,2%. No primeiro trimestre de 2009, a situação se agravou: a queda no PIB foi de mais 6,1%, a da produção industrial chegou a 20% e a taxa de investimento caiu 39,2%, números que não se verificavam desde os anos 30. Na Europa, a situação é igualmente grave. Com seus bancos diretamente afetados pelos investimentos que mantêm nos EUA e envolvidos na quebra de países do leste europeu, a produção industrial teve uma queda de 12% na Alemanha e de 9% na Inglaterra. A previsão de queda no PIB alemão para o ano de 2009 chega a 6%, enquanto a estimativa para o conjunto do continente europeu é de uma queda de mais de 4%, o que jamais havia se verificado desde os anos 30. No Japão, que se arrasta desde os anos 90 numa crônica estagnação econômica, a queda na produção industrial em 2009 foi de 10% em janeiro e mais 9,4% em fevereiro. O PIB da segunda maior economia mundial caiu 15,2% na taxa anualizada do primeiro semestre de 2009. A China – país que mais cresceu nas duas últimas décadas – vive uma desaceleração muito forte: o crescimento de seu PIB, que girava em torno de 13% ao ano, caiu para cerca de 6%. Na Rússia, a previsão é de que seu PIB caia mais de 6% em 2009; no primeiro trimestre de 2009, a queda foi de 9,5%, e a previsão de queda para o segundo semestre situa-se entre 8,7 e 10%, o que pode significar uma queda no ano ainda maior do que a prevista. Na América Latina, a previsão do FMI aponta para uma queda de 1,5% do PIB, próxima à queda estimada para o PIB mundial em 2009. O comércio internacional, fortemente afetado pela contração do crédito e pela queda na produção industrial, sofreu uma queda de 17,5% em volume entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 (taxa anualizada de 44%), e de 22% em valores – a primeira desde a Segunda Guerra Mundial. A previsão de queda no fluxo de capitais para os países coloniais e semicoloniais é de cerca de 80% nos próximos anos. Desde o início do período mais agudo da crise, em setembro de 2008, até meados de 2009, 23 países já tiveram de recorrer ao FMI.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

todas as crises de superprodução, muito além das condições concretas de sua valorização indefinidamente ampliada pela extração de mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada. A massa de capitais sobreacumulados investidos no mercado financeiro, na mesma medida em que permitiam a ampliação dos processos diretos de produção de valor e mais-valia, exerciam uma pressão cada vez maior sobre a reprodução do capital, funcionando como um imenso aspirador da mais-valia produzida. Quanto maior a quantidade de mais-valia acumulada e reinvestida, maior se tornava a pressão para um aumento correspondente no processo de extração de mais-valia. Mais cedo ou mais tarde, a superprodução de capitais não poderia deixar de sobrepujar a produção de mais-valia adicional, acarretando a queda da taxa de lucro e, com ela, o derretimento inevitável dos capitais aos quais já não correspondia qualquer massa de valor e mais-valia.

Marx demonstrou que as crises de superprodução, assim como as fases de expansão e retração do processo histórico de reprodução ampliada do capital, são inerentes ao capitalismo como modo de produção e reprodução social⁵. Elas irrompem periodicamente sempre que o processo de produção do capital, após um período de expansão da produção, do emprego, do consumo e dos investimentos, termina por encontrar seus limites ali, onde a massa crescente de capitais que buscam reproduzir-se excede a capacidade de extração de mais-valia adicional. Com a taxa de lucro em queda, os capitalistas restringem a oferta de crédito e de capitais, provocando a queima dos capitais que já não conseguem reproduzir-se, a interrupção do processo de sua reprodução ampliada e a destruição maciça de forças produtivas. É a crise de superprodução que explode: quando a massa de trabalho morto se torna tão extensa que já não consegue extrair mais-valia adicional do trabalho vivo, o capital vê interrompidas as condições de sua reprodução ampliada e os capitalistas param de investir até que se derreta a imensa pirâmide de capitais excedentes e fictícios que pressionam para baixo a taxa de lucro e sejam novamente restauradas as condições de sua valorização ampliada.

⁵ Marx demonstrou no *O Capital* que o que sustenta o crescimento da taxa de lucro e as fases de expansão do capitalismo é o crescimento da taxa e da massa de mais-valia adicional obtida a partir do investimento da mais-valia já acumulada; a queda da taxa de lucro e as fases de retração do capitalismo ocorrem quando o crescimento do investimento e dos níveis de produção e de exploração dos trabalhadores já não é capaz de produzir mais-valia adicional suficiente para alimentar a massa crescente de capitais sobreacumulados e sobreinvestidos.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Uma grande massa de capitais e forças produtivas está sendo destruída ou desvalorizada com a falência de grandes bancos e empresas, a ampliação das demissões e do desemprego, a queda do investimento, da produção, da massa salarial e do consumo, e a bancarrota de países inteiros. Para conter a escalada da crise, a intervenção estatal está injetando liquidez nos mercados financeiros, gerando capitais fictícios para alimentar a valorização dos já existentes, aumentando ainda mais o endividamento estatal e desviando grandes somas de recursos públicos para resgatar corporações falidas e restabelecer a oferta de crédito e as condições de produção e circulação de capitais⁶. O custo destas operações de “resgate” do capital por suas estruturas de comando político-policial, os Estados nacionais, é o crescimento explosivo do déficit e da dívida estatal de todos os países em meio ao cenário de queda nas receitas provocado pela contração generalizada das atividades econômicas⁷.

A maior operação de salvamento do capital já protagonizada pelos Estados nacionais das principais economias do mundo em toda a história do capitalismo certamente atenuará os efeitos devastadores da crise, mas não poderá suprimir as contradições e antagonismos estruturais que a determinam. A crise se prolongará até que a massa de capitais sobreacumulados consiga restaurar as bases materiais de sua valorização sempre ampliada.

⁶ “O Federal Reserve (Banco Central) dos EUA cria mais capital fictício para conservar a ilusão no valor de capitais que estão derretendo-se e desvalorizando-se, com a perspectiva de ter, num determinado momento, a possibilidade de aumentar fortemente a pressão fiscal, mas em realidade não poderá fazê-lo, porque isso significaria o congelamento do mercado interno e a aceleração da crise como crise real. Assistimos pois a uma fuga para frente que não resolverá nada.” (...). “O problema é saber quanto tempo se poderá ter como único método de política econômica criar mais e mais liquidez,... Será possível que não haja limites à criação de capital fictício sob a forma de liquidez para manter o valor do capital fictício já existente? Esta me parece uma hipótese demasiado otimista e, entre os economistas norte-americanos, muitos duvidam disso”. (CHESNAIS 2008, p. 49/50).

⁷ Até meados de 2009, a crise custou mais de US\$ 10 trilhões aos governos de todo o mundo. Algumas economias se preparam para enfrentar sua pior dívida pública desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados são do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estima um gasto, apenas dos países ricos, no valor de US\$ 9,2 trilhões para salvar bancos e dar liquidez ao mercado financeiro. O montante já gasto e prometido por governos para ajudar as instituições financeiras equivale a quase oito vezes o PIB brasileiro, de cerca de US\$ 1,5 trilhão. Além de ter de emprestar e salvar bancos, governos viram suas arrecadações despencarem diante da queda da produção e do consumo. Por isso, o FMI alerta que a crise terá um efeito de longo prazo. Até 2014, projeta-se que as dívidas do governo do Japão somarão 239% de seu PIB, na Itália, 132% do PIB, e nos EUA, elas saltarão de 63% do PIB para 112%. Segundo o Fundo, os países ricos deverão atingir um déficit em seu orçamento de 10,2% de seus PIBs ao final do ano. Para muitos países, esse será o maior déficit desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Para isso, o capital não tem alternativa senão continuar a fazer o que já vem sendo feito: ‘socializar’ seus prejuízos, sequestrar o Estado para seus próprios fins, ampliar o desemprego, reduzir a massa salarial, aumentar a produtividade do trabalho e empreender os mais duros ataques, as mais pesadas perdas e as maiores derrotas à classe trabalhadora⁸.

A ‘bolha’ ideologicamente inflada do ‘fim da história’, do ‘fim das classes e da luta de classes’ em meio à emergência de um ‘capitalismo imune a crises’ e de uma ‘nova era de prosperidade universal’ encontrou terreno favorável para se expandir no período subsequente à restauração capitalista, mas não resistiu à prova da história. A atmosfera político-ideológica dos anos que se seguirem à restauração capitalista sofrerá abalos proporcionais às dimensões da crise. Seus desdobramentos históricos, hoje como sempre, dependerão da luta de classes. A própria experiência histórica demonstra que a disputa entre as classes e entre os Estados e toda uma série de fatores subjetivos e essencialmente políticos exercem sempre um papel objetivo na economia, sobretudo na dinâmica de suas crises. Não é por outra razão que hoje, como sempre, os limites das ações que poderão ser tomadas pela burguesia, pelos Estados nacionais e pelos organismos internacionais para restaurar as condições de reprodução ampliada do capital serão os limites que a luta de classes estabelecer. Assim como não há crise final do capitalismo como resultado de um processo econômico que dispense a atividade histórica consciente da classe trabalhadora, não há saída ‘automática’ e puramente econômica para as crises do capital que dispense a burguesia de utilizar o Estado para descarregar o peso da crise nos ombros da classe que gera toda a riqueza socialmente produzida.

⁸ A experiência histórica demonstra que a ‘saída’ para as principais crises que o capitalismo enfrentou até aqui sempre exigiu a ‘destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas’, a ‘conquista de novos mercados e a exploração mais intensa dos antigos’; o aumento da exploração do trabalho e o recurso às mais diversas formas de intervenção do Estado para resgatar o capital de sua crise; um intenso processo de concentração e centralização de capitais e novas rodadas de ‘reestruturação produtiva’ que aumentem a extração de mais-valia relativa e de mais-valia absoluta; a expansão imperialista, a guerra e maciços investimentos na corrida armamentista e no complexo militar-industrial – meios violentos portanto, amparados pela contrarrevolução quando necessário, que quando não levaram à revolução contra o capital sempre resultaram, de uma forma ou de outra, na restauração ampliada de suas condições de valorização. A história demonstra que não há como ser de outra forma – e não é por outra razão que tempos de crise sempre foram, em maior ou menor medida, tempos de revolução, em que a luta de classes, assumindo a forma de uma forte polarização entre revolução e contra-revolução, sempre decidiu os rumos da história, configurando uma nova correlação de forças por um período mais ou menos longo, até que uma nova crise volte a irromper.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

2. A crise de superprodução se manifesta ‘financeiramente’ na era do imperialismo e do domínio global do capital financeiro

Para Marx, superacumulação ou sobreprodução de capitais e queda da taxa de lucro são expressões diversas de um mesmo processo: a queda da taxa de lucro expressa-se dialeticamente como resultado inevitável do processo de superacumulação de capitais e, na mesma medida, como causa determinante de sua paralisação. As ‘bolhas’ especulativas que se formam periodicamente no sistema financeiro não são expressões de uma crise ‘financeira’: elas são a expressão concreta da existência de uma massa de capitais que excede as condições de sua reprodução ampliada. Expressão, portanto, de uma contradição entre a massa de capitais sobreacumulados e os limites colocados pela extração de mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada como capital. A crise de superprodução é a manifestação explosiva desta contradição, que desencadeia o derretimento em larga escala dos capitais fictícios e a *débâcle* do sistema financeiro para depois atingir a produção industrial e se alastrar pelo conjunto da economia⁹.

O desenvolvimento do sistema de créditos e dívidas, do mercado de moedas, das sociedades acionárias e das bolsas de valores; a fusão do capital comercial, do capital bancário e do capital industrial e a imensa concentração e centralização de capitais na era do capital monopolista; a reprodução parasitária do capital através da dívida dos Estados; a privatização da previdência, o surgimento dos fundos de pensão, a multiplicação dos fundos de investimento e da oferta de ativos financeiros de natureza essencialmente especulativa, a criação dos fundos soberanos dos Estados e a utilização da poupança em fundos de investimento de longo prazo, tudo isso obedece à necessidade do capital de superar os limites que se recolocam sempre à sua reprodução indefinidamente ampliada. Mas o capital

⁹ “Não estamos diante de uma “crise financeira”, ou de uma “crise de novo tipo; estamos mais uma vez diante de uma “crise clássica, originada pela queda da taxa de lucro, que se vê agravada pelo caráter cada vez mais especulativo do capitalismo e a hipertrofia do circuito financeiro. Há uma pressão cada vez mais feroz dos capitais circulantes sobre a mais-valia extraída, que derruba a taxa de lucro”. (ITURBE, 2008. p. 22).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

financeiro não pode suprimir as contradições que lhe deram origem: como expressão direta da contradição entre a super-produção de capitais e o estreitamento relativo das bases materiais de sua valorização, ele pode adiar por algum tempo a explosão das contradições entre a super-produção de capitais e a tendência à queda da taxa de lucro, mas não pode suprimi-las pela criação de valor adicional. As contradições inerentes ao processo de produção do capital e os limites estruturais que resultaram no próprio desenvolvimento histórico do capital financeiro voltam sempre de novo a recolocar-se, de forma cada vez mais ampliada e explosiva¹⁰.

Desde o surgimento e desenvolvimento do capital financeiro, todas as crises do capitalismo assumiram a forma já clássica do desabamento do mercado financeiro e da imensa montanha de créditos, dívidas e ativos podres que foi se formando em seu interior. Embora seja o ponto de partida das crises, o sistema financeiro não é nunca sua causa determinante. O capital financeiro cresce à medida que cresce a quantidade de mais-valia historicamente acumulada que sobre-excede as possibilidades de seu investimento direto na extração de mais-valia; ele aumenta, portanto, na medida em que aumenta o volume da produção

¹⁰ Estes limites são dados: a) pelo consumo dos indivíduos relativamente limitado perante uma capacidade de investimento e de produção crescente, que não é acompanhada, na mesma proporção e velocidade, pela expansão da massa salarial e pela ampliação dos mercados consumidores e das fontes de extração de matérias-primas e de mais-valia. Esta contradição determina que parte do lucro acumulado ou não possa ser reinvestido, ou caso investido, já não consiga realizar-se em sua totalidade, desacelerando ou mesmo interrompendo o processo de expansão do capital; b) à medida que a concorrência entre os capitais determina o aumento da produtividade do trabalho e a substituição cada vez mais acelerada do trabalho vivo pelo trabalho morto, produzem-se modificações correspondentes na composição orgânica do capital, com o aumento sistemático do capital constante (meios de produção) em relação ao capital variável (força de trabalho). O aumento da participação do capital constante na composição orgânica do capital acaba por determinar uma diminuição proporcional do investimento em capital variável, e conseqüentemente, um decréscimo da base de extração de mais-valia em relação ao montante total do capital investido. Como a quantidade de capitais investidos torna-se cada vez maior em relação à capacidade de extrair mais-valia adicional mediante o investimento da mais-valia já acumulada, mais cedo ou mais tarde a queda da taxa de mais-valia termina por pressionar para baixo a taxa de lucro; c) estes limites são recolocados, em escala ampliada, pelo desenvolvimento histórico do capital financeiro como tentativa de empreender uma ‘fuga para frente’ diante das contradições de base do capital. Num primeiro momento, a oferta ampliada de crédito aumenta a quantidade de capitais circulantes, amplia a capacidade de investimento e, deste modo, estende as margens e esferas de reprodução ampliada do capital pela produção e extração de mais-valia adicional a partir do investimento da mais-valia já acumulada como capital. O processo de financeirização do capital produz assim o sobreincremento de sua composição orgânica: à tendência de aumentar a proporção dos investimentos em capital constante em relação aos montantes investidos em capital variável, acrescenta-se a massa de capitais que, sem produzir valor nem mais-valia, aumentam o volume global de capital circulante e concorrem ferozmente para apropriar-se de parcela cada vez maior da mais-valia adicional produzida. Todo este movimento de expansão dos capitais é interrompido quando a massa crescente de capitais sobre-investidos já não pode continuar a ser alimentada, no mesmo ritmo, pela produção e extração de mais-valia adicional.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

capitalista, constituindo uma poderosa mola de expansão do processo de reprodução ampliada do capital em suas fases de crescimento. Mas ele não cria mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada. O resultado desta contradição é a formação recorrente de imensas bolhas especulativas nos mercados de capitais, cujo estouro assume primeiramente a forma de uma crise financeira, que na verdade nada mais é do que a expressão aparente de uma crise econômica real.

Os mitos ideologicamente tecidos em torno de uma ‘nova economia’ que teria superado os limites da lei do valor e da mais-valia e as crises periódicas de super-produção, baseada no ‘regime de acumulação financeira’, nos métodos flexíveis da “reestruturação produtiva”, na extração de mais-relativa e nos ganhos de produtividade gerados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, não resistiram à prova da história. Tanto o capital comercial como o capital bancário, ainda que tenham se desenvolvido historicamente antes do capital industrial, são estruturalmente dependentes da produção e da extração de valor excedente pelo capital industrial. O capital financeiro não pode suprimir a contradição que o impulsiona; sua existência apenas permite deslocá-la, até que ela volte a se colocar com mais intensidade, já que a plethora de capitais excedentes não pára de crescer e tornar-se cada vez mais desproporcional em relação às condições reais de sua valorização.

3. Crise de superprodução, queda da taxa de lucro e crise estrutural do capital

Chegamos assim a uma situação em que a análise da curva de longo prazo do crescimento capitalista e de suas tendências estruturais já não permite que suas crises possam ser consideradas como um desvio anômalo numa curva virtuosa de crescimento ampliado e indefinido. O ritmo de crescimento da economia mundial vem diminuindo nas últimas quatro décadas e, ao que tudo indica, tende a desacelerar-se cada vez mais no futuro¹¹. A despeito das diferenças decorrentes das diversas modalidades de cálculo adotadas nestes estudos, eles convergem em apontar que, depois de um forte crescimento nos anos do pós-guerra até 1967,

¹¹ Alguns importantes estudos que tratam deste assunto, com diferentes metodologias de cálculo, mas todos eles apontando para uma tendência consistente de queda da taxa de lucro nas últimas quatro décadas: (SHAIKH, 1991), (DUMÉNIL e LÉVY, 2005) e (GONZÁLEZ, 2007).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

uma tendência de queda até 1980, uma recuperação irregular até 2000, seguida de nova queda e de uma nova recuperação entre 2003 e 2005, desde 2006 a taxa de lucro entrou em queda livre. A taxa de lucro em 2004 não só era bem menor que em 1967, mas também menor que o pico da taxa de lucro nos anos 90, que jamais chegou a se aproximar dos níveis atingidos no longo período de crescimento do pós-guerra.

Estes estudos demonstram empiricamente a queda da taxa de lucro e que ela coincide com o início dos períodos de crise. Demonstram que, desde o final da década de 60, estabeleceu-se um padrão de ciclos de expansão da taxa de lucro cada vez mais curtos, interrompidos com frequência cada vez maior por períodos de queda, em que a recuperação se dá sempre em níveis mais baixos que no período anterior, o que se espelha na própria curva do PIB mundial ao longo deste período. Demonstram, sobretudo, que a trajetória historicamente ascendente da taxa de lucro foi revertida já há quatro décadas. Estamos assim, ao que tudo indica, diante de uma inflexão histórica na trajetória da taxa de lucro. A lei tendencial da queda da taxa de lucro formulada por Marx havia sido contrabalançada pelo que ele mesmo havia exposto como a ação de seus mecanismos compensatórios durante o longo período de ascendência histórica do sistema do capital em escala mundial¹², o que fez com que muitos imaginassem que ela havia sido desmentida e que o capitalismo seria de fato capaz de reproduzir-se de forma indefinidamente ampliada. Hoje, podemos dizer que esta aparência não resistiu à prova da história: enquanto os fatores contrários à lei predominaram sobre a sua dinâmica interna, a taxa de lucro manteve-se numa trajetória histórica de crescimento; desde que estes mesmos fatores já não são capazes de compensar as determinações da lei, a taxa de lucro entrou numa trajetória em queda.

¹² Na formulação de Marx, os fatores que agem contrariamente à lei tendencial da queda da taxa de lucro são: o aumento do grau de exploração do trabalho; a redução dos salários; a queda no preço dos elementos do capital constante e do capital variável; a formação de uma super-população relativa como consequência do crescimento do desemprego determinado pela dinâmica de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, que pressiona para baixo o preço da força de trabalho; a dívida pública; o comércio exterior; e o aumento do capital em ações, com o desenvolvimento do sistema financeiro. Outros fatores que surgiram historicamente depois da obra de Marx poderiam ser acrescentados, como o papel do Estado como estrutura política de comando do capital no financiamento e na regulação das condições de sua reprodução ampliada e no desenvolvimento do complexo militar-industrial. (MARX, 1894).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Há razões estruturais para esta inflexão numa época em que o sistema inerentemente autoexpansivo do capital se acha em vias de concluir sua expansão como sistema globalmente expandido e integrado. Quando o planeta está em vias de ser inteiramente colonizado pela autorreprodução destrutiva do capital, as condições de sua valorização indefinidamente ampliada não podem deixar de se tornarem a cada dia mais estreitas. Já não há novas fontes de matéria-prima, força de trabalho e extração de mais-valia e novos mercados consumidores que possam ser incorporados nas mesmas proporções do passado. Já não há novos territórios, povos e recursos naturais a serem absorvidos pela expansão imperialista como ao longo dos séculos de história do processo de mundialização do capital. As possibilidades de uma autorreprodução indefinidamente ampliada do capital são dadas, em última análise, pelos limites do planeta, que são os limites do capitalismo. Na Ásia e nos países mais pobres da África e América Latina o capitalismo está se lançando hoje à exploração de suas últimas fronteiras em sua busca freneticamente devastadora por recursos naturais e exploração de mão-de-obra cada vez mais barata.

Voltamos assim a nosso ponto de partida: a crescente insuficiência do processo de extração de mais-valia diante do estoque de capitais historicamente sobreacumulados, que vem determinando, na mesma medida, uma violência crescente no processo de exploração do trabalho e extração de mais-valia e de devastação predatória e cada vez mais acelerada do meio-ambiente. As condições de reprodução indefinidamente ampliada do capital são restringidas, em última análise, pelos limites que lhe são impostos pelas duas únicas fontes de produção de valor e de toda a riqueza socialmente produzida: a natureza e a capacidade de trabalho dos seres humanos. No que diz respeito à natureza, os limites do capitalismo são os limites do planeta: quanto mais estes limites são ativados, mais elevados se tornam os ‘custos’ da natureza e mais restritas as possibilidades de reprodução ampliada do capital. O que aqui está em jogo não é propriamente a viabilidade do capitalismo, mas a sobrevivência da humanidade: na era da produção destrutiva, já deve estar suficientemente claro para todos em que medida a reprodução indefinidamente ampliada do capital representa uma ameaça letal às bases sóciometabólicas mais elementares da existência humana em nosso lar planetário.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

No quer diz respeito ao trabalho, Marx demonstrou que o desenvolvimento das forças produtivas, à medida que restringe a participação do trabalho vivo na produção de valor em relação ao montante de capital constante (trabalho morto que substitui o trabalho vivo na forma de maquinaria) e de capitais sobreacumulados que buscam as condições de sua valorização (sobreincremento da composição orgânica do capital, na forma da hipertrofia crescente do capital financeiro), restringe também as condições de extração de mais-valia adicional a partir do investimento da mais-valia já acumulada, determinando a queda da taxa de lucro¹³, e com ela, o acirramento inevitável de todas as contradições, antagonismos e limites históricos e estruturais do capital.

Na concorrência entre os capitais, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto torna-se inevitável à medida que ela aumenta a produtividade do trabalho e a capacidade de extração de mais-valia relativa, diminuindo os custos de produção das mercadorias. Com isso, imaginou-se que os limites físicos e sociais para a extração da mais-valia absoluta poderiam ser superados permanentemente pelas vastas possibilidades abertas pela extração de mais-valia relativa, abrindo espaço para a “nova economia” e para a reprodução indefinidamente ampliada do capital na “sociedade do conhecimento”. Todavia, à medida que a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto altera a composição orgânica do capital, tornando a base de extração de mais-valia (investimento em capital variável) cada vez menor em relação ao montante de capitais investidos diretamente em maquinaria (capital constante) e de capitais sobreacumulados no sistema financeiro, a tendência de queda da taxa de mais-valia em

¹³ “A mais-valia origina-se apenas da parte variável do capital, e vimos que a quantidade de mais-valia é determinada por dois fatores: a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores empregados ao mesmo tempo. Dada a jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se reparte em trabalho necessário e trabalho excedente. O número dos trabalhadores ocupados depende da proporção existente entre capital variável e capital constante. É claro que a produção mecanizada, por mais que amplie, aumentando a produtividade do trabalho, o trabalho excedente à custa do trabalho necessário, só obtém este resultado diminuindo o número de trabalhadores ocupados por dado montante de capital. Ela transforma uma parte do capital que antes era variável, investido em força viva de trabalho, em maquinaria, em capital constante, que não produz mais-valia. É impossível, por exemplo, que dois trabalhadores forneçam tanta mais-valia como 24. Se cada um dos 24 trabalhadores proporcionar, em 12 horas, apenas uma hora de trabalho excedente, proporcionarão em conjunto 24 horas de trabalho excedente, enquanto o trabalho total de dois será apenas de 24 horas. (...). (MARX, 2003 p. 464/65).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

relação à massa de mais-valia e ao próprio montante de capitais investidos é inevitável¹⁴. Esta tendência de queda só pode ser contrabalançada pelo aumento da taxa de exploração do trabalho (prolongamento da jornada de trabalho, intensificação de seu ritmo, queda da massa salarial, em suma, aumento na extração de mais-valia absoluta), que se torna possível a partir do momento em que o processo histórico de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto produz o desemprego de massas em escala cada vez mais ampliada¹⁵ e, com ele, a queda do valor da mercadoria força de trabalho e as condições da precarização sistemática das condições de vida e de trabalho da imensa maioria da classe trabalhadora mundial.

Se por um lado o aumento da produtividade produz a diminuição do tempo de trabalho necessário e o aumento do tempo de trabalho excedente cujo valor pode ser apropriado pelo capitalista, gerando aumento imediato da taxa de mais-valia e da taxa de lucro, por outro, na medida em que leva ao incremento sistemático do capital constante na composição orgânica do processo global de produção do capital, ele acaba produzindo, no longo prazo, a tendência de queda da taxa de lucro para o sistema como um todo. Os ganhos de produtividade aferidos pelo capitalista individual num primeiro momento, na forma de um acréscimo na extração de mais-valia relativa, ao serem depois incorporados pelos outros capitais, geram a taxa média

¹⁴ O maior exemplo empírico desta lei, consideravelmente reforçada pelo sobreincremento da composição orgânica do capital provocado pelo crescimento vertiginoso da massa de capitais que circula nos mercados financeiros, é a vertiginosa queda do crescimento econômico nos países imperialistas e, particularmente, no Japão: no país mais automatizado do planeta, em que a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto foi mais longe, a estagnação econômica instalou-se desde o início dos anos 90, com a taxa de lucro em queda constante e o crescimento do PIB apresentando tendência negativa que irá apenas acentuar-se com a crise econômica mundial e pode levar a uma queda de até 15% do PIB em 2009; caso ela se confirme, será provavelmente a maior em todo o mundo para este ano.

¹⁵ “Portanto, a fórmula da maquinaria é: não a diminuição relativa da jornada individual de trabalho – jornada esta que é parte necessária da jornada de trabalho – mas a redução da quantidade de trabalhadores, isto é, das muitas jornadas paralelas, formadoras de uma jornada coletiva de trabalho, fundamental à constituição da maquinaria. Em outros termos, uma quantidade determinada de trabalhadores é posta para fora do processo de produção e seus postos de trabalho extintos como sendo, ambos, inúteis à produção de mais-trabalho. (...) O trabalho passado juntamente com a circulação social do trabalho são apreendidos como meios de tornar supérfluo o trabalho vivo. (...) A oposição entre capital e trabalho assalariado desenvolve-se, assim, até sua plena contradição. É no interior desta que o capital aparece como meio não somente de depreciação da capacidade viva de trabalho, mas também como meio de torná-la supérflua. Em determinados processos isso ocorre por completo; em outros, essa redução se efetua até que se alcance o menor número possível no interior do conjunto da produção. O trabalho necessário coloca-se, então, imediatamente como população supérflua, como excedente populacional – aquela massa incapaz de gerar mais trabalho”. MARX, (2005, p. 237/38).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

cada vez mais elevada de produtividade do trabalho e a tendência concomitante à queda nos preços das mercadorias. Com a concorrência implacável entre os capitais particulares pelo aumento na extração de mais-valia relativa e pelo barateamento do valor das mercadorias, forma-se o círculo vicioso determinante para que prevaleça ao final a tendência de queda da taxa de lucro para o sistema do capital como um todo.

Chegamos assim a uma situação em que, quanto mais o capital busca superar seus limites pelo aumento da extração de mais-valia relativa mediante o desenvolvimento tecnológico, maior se torna a proporção de investimento em capital constante em relação ao investimento em capital variável, mais estreitas as bases de extração de mais-valia em relação ao montante de capitais investidos, e menor a taxa de lucro para o sistema como um todo. Com a produtividade média do trabalho cada vez mais elevada e a substituição cada vez mais intensa do trabalho vivo pelo trabalho morto, o montante de capitais investidos em meios de produção torna-se cada vez mais elevado em relação ao montante investido em força de trabalho, produzindo o desemprego estrutural de massas e a tendência estrutural de longo prazo à queda da taxa de mais-valia e da taxa de lucro para o sistema como um todo.

Os limites do capital não são dados, portanto, apenas pelos limites da natureza ou pelos limites físicos e sociais que se colocam para a extração de mais-valia absoluta; eles são dados também pelos limites e contradições estruturais que se colocam para a expansão indefinida da extração de mais-valia relativa. Uma vez que a massa de capitais cresce mais rapidamente que a massa salarial e o desemprego não cessa de aumentar com o aumento da produtividade do trabalho, a capacidade de consumo dos produtores de riqueza não acompanha no mesmo ritmo a expansão do investimento, da produção e da acumulação de capitais, o que contribui para a hipertrofia cada vez maior do capital financeiro, o sobreincremento da composição orgânica dos capitais, a queda cada vez mais acentuada da taxa de lucro e a tendência à irrupção cada vez mais frequente de crises de superprodução cada vez mais intensas.

Chegamos assim à era da produção destrutiva. Nela, o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios técnicos de produção, sob a lógica do capital, diminui, relativamente,

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

a capacidade e a, necessidade que tem o capital de empregar trabalho vivo para sua reprodução ampliada, provocando a elevação sistemática do desemprego e a formação do que Marx designou como uma superpopulação relativa que já não pode mais ser absorvida pelo capital no processo de sua produção¹⁶. A tendência de queda da taxa de lucro só pode ser compensada ao longo deste processo à medida que a oferta excedente de força de trabalho pressiona para baixo seu valor, tornando mais favoráveis as condições para a extração de mais-valia pelo incremento constante do grau de exploração do trabalho. A economia de tempo de trabalho propiciada pelo desenvolvimento das forças produtivas, que poderia levar a um incremento constante do tempo livre disponível e a uma quantidade de trabalho necessário cada vez menor para a satisfação de necessidades humanas cada vez mais ampliadas, no sistema capitalista traduz-se na escalada do desemprego crescente e da exploração cada vez mais violenta do trabalho em meio a um processo de concentração e centralização de capitais sem precedentes na história¹⁷. O desequilíbrio estrutural entre a massa de capitais que excede as condições de seu investimento direto na produção e a oferta cada vez mais excedente de força de trabalho converte a classe trabalhadora mundial num imenso exército industrial de reserva, que não para de crescer com o ritmo cada vez mais acelerado imprimido pela substituição maciça do trabalho vivo pelo trabalho morto. Neste quadro, a queda da taxa de lucro obriga o capital a deslocar a produção industrial para países que oferecem mão-de-obra

¹⁶ A lei da população formulada por Marx no Livro I do O Capital, Parte Sétima, XXIII, foi historicamente confirmada pelo próprio desenvolvimento histórico do capitalismo. No século XIX e durante boa parte do século XX, depois da expropriação dos camponeses e dos artesãos e da formação do proletariado industrial na Europa, a superpopulação relativa produzida pelo desenvolvimento histórico do capitalismo industrial no continente europeu foi a principal responsável pelo povoamento do continente americano. Na segunda metade do século XX e no começo do século XXI, com o crescimento do investimento externo direto e o deslocamento da produção industrial para os países coloniais e semicoloniais, o mesmo fenômeno se reproduz em escala ampliada nos países periféricos do sistema do capital: com o desenvolvimento do capitalismo no campo, a produção em massa do “êxodo rural”, a industrialização e a urbanização aceleradas e o crescimento exponencial das grandes metrópoles, o centro da produção crescente da superpopulação relativa deslocou-se para os países periféricos do sistema, invertendo a tendência histórica dos fluxos migratórios: hoje eles começam do campo para a cidade nos países de industrialização recente, e destes mesmos países para a Europa, os EUA e o Japão, pressionando para baixo o valor da força de trabalho em todo o mundo.

¹⁷ “A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio de forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores”. MARX, (2003, p. 504).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

barata e abundante, retornando a níveis de exploração semelhantes aos praticados no século XIX e rebaixando o valor das mercadorias e da força de trabalho em escala mundial. Esta dinâmica destrutiva é ainda mais agravada pelo fato de que os capitais concorrem no mercado mundial, enquanto a autodefesa da classe trabalhadora está ainda confinada aos limites do Estado nacional e, de início e na maior parte das vezes, às condições de sua estratificação subordinada na divisão hierárquica e alienada do trabalho social.

Chegamos assim à contradição que se coloca hoje no epicentro do desenvolvimento histórico do capitalismo: o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento constante de sua produtividade e a substituição maciça do trabalho vivo pelo trabalho morto não pode ser levado às últimas conseqüências pelo capital sem que se produza a queda cada vez maior da taxa de lucro, o crescimento exponencial do desemprego de massas, a queda da massa salarial e a precarização das condições de vida e trabalho da imensa maioria da classe trabalhadora mundial. Ali, onde o desenvolvimento das forças produtivas tende a derrubar a taxa de lucro e restringir as condições de reprodução do capital, sua permanência histórica só pode ser assegurada pela exploração cada vez maior do trabalho, a ampliação cada vez mais violenta do desemprego e a destruição cada vez mais predatória da natureza¹⁸. Mesmo que o equilíbrio

¹⁸ Em 1931, John Maynard Keynes publicou um ensaio com o título ‘Possibilidades econômicas para nossos netos’. Nele, Keynes argumenta que a combinação entre acúmulo de capitais e desenvolvimento científico e tecnológico, embora produza num primeiro momento o chamado desemprego estrutural, poderia gerar, no longo prazo, ‘a solução para o problema econômico da humanidade’. Keynes projeta um desenvolvimento das forças produtivas que, no prazo de cem anos, nos colocaria muito próximos de nos tornar livres de necessidade de trabalhar para satisfazer as necessidades humanas: segundo suas projeções, em torno de 2030 não teríamos de trabalhar mais que 15 horas semanais e poderíamos dedicar o restante do tempo ao lazer e à cultura. As condições objetivas para a emancipação do gênero humano estariam dadas e a centralidade histórica da acumulação de riqueza e da lei da produtividade do trabalho perderia seu sentido, permitindo que a humanidade retornasse a uma ética que condena a usura, a avareza e o amor pelo dinheiro. Mas Keynes nos alerta que enquanto este tempo não chegar, “por pelo menos mais um século devemos fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é injusto e o injusto justo; pois o injusto é útil e o justo, não”. O que o otimismo de Keynes não leva em consideração são as determinações objetivas e subjetivas que decorrem das relações sociais de produção, propriedade e poder inerentes ao capitalismo: enquanto estas relações perdurarem, toda a economia de tempo de trabalho propiciada pelo aumento permanente de sua produtividade terá de continuar a ser absorvida pelo processo global de produção do capital, fazendo com que o desemprego não cesse de incrementar a explosiva formação de uma crescente superpopulação relativa, cuja existência permite que o prolongamento da jornada de trabalho, sua intensificação e a própria queda no valor da força de trabalho sejam sistematicamente utilizados como o principal recurso de que dispõe o capital para contrabalançar a tendência estrutural à queda da taxa de lucro.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

rompido pela crise seja mais uma vez restaurado a partir da intervenção dos Estados, as condições de reprodução ampliada do capital sejam restabelecidas e os limites de sua dominação mais uma vez estendidos, as dimensões da crise e as duras medidas que o capital inevitavelmente terá de tomar para superá-la apontam, no próximo período, para o previsível agravamento de todas as suas contradições, antagonismos e tendências estruturalmente destrutivas.

4. A era da produção destrutiva e o desafio histórico do socialismo

Se o equilíbrio da ordem do capital em crise vier a ser restaurado, como tudo indica, sob que bases, com que custos e por quanto tempo este equilíbrio ainda poderá se impor? A crise de 2008/09 prepararia ‘crises ainda mais extensas e duradouras, assim como a diminuição dos meios de evitá-la?’ Diante da marcha cada vez mais acelerada dos processos destrutivos, o capital ainda se acharia em condições de desenvolver as forças produtivas, preservar as bases naturais da vida, restaurar as condições de sua reprodução ampliada e fazer progredir a humanidade?¹⁹ Ou estaríamos entrando numa época de destruição e declínio das forças produtivas, de acirramento da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, propriedade e poder – uma época da história da luta de classes que será marcada por crises, guerras e revoluções, uma época revolucionária portanto, em que estará mais uma vez colocada aos revolucionários de todo o mundo a tarefa consciente de construir as condições para a retomada da ofensiva socialista em escala mundial²⁰?

¹⁹ A questão central desenvolvida por István Mészáros em sua obra resume as questões e desafios colocados à humanidade no século XXI: Sob que condições o processo de expansão do capital pode atingir seu final em uma escala verdadeiramente global, trazendo consigo, necessariamente, o fim das revoluções esmagadas e deturpadas, abrindo assim a nova fase histórica de uma ofensiva socialista que não pode ser reprimida? Ou para colocar de outro modo: quais são as modalidades viáveis – embora de modo algum inexauríveis – de revitalização do capital, tanto com respeito às suas válvulas de escape diretas como em relação ao seu poder de adquirir novas formas que significativamente estendam suas fronteiras no marco de suas determinações últimas e de seus limites históricos mais gerais? ” MÉSZÁROS, (2002, p. 591).

²⁰ Em 1926, Trotsky abordou a mesma questão que se nos coloca hoje nos seguintes termos: “Se o mundo do capital pudesse gerar agora uma nova ascensão orgânica e se encontrasse um novo equilíbrio como base para um desenvolvimento ulterior das forças produtivas, nós, como Estado socialista, entraríamos em colapso. Pode-se ilustrar isso de forma teórica e prática em duas palavras. Teoricamente, porque uma ascensão do capital na Europa criaria uma tecnologia colossal para a burguesia, e mudaria a psicologia do proletariado. Se o

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Vivemos num mundo cada vez mais claramente ameaçado nas condições de sua existência pela autorreprodução destrutiva do capital. Sob a compulsão devastadora da “*maior máquina de extração de trabalho excedente*” (MARX, K) que já existiu na história, produzimos e reproduzimos, *alienadamente*, a totalidade histórica de um modo de vida que, *como já o sabemos*, não pode prosseguir por muito mais tempo sem comprometer as condições mais elementares da existência em nosso lar planetário. Esta proposição, já objetivamente demonstrada por todos os meios empíricos e científicos, enuncia a condição, o tema e o desafio histórico da época que se abre a nossa frente: num mundo socialmente subsumido pela “*subjetividade única e global do capital*” (MARX, K), pela primeira vez na história os processos produtivos e reprodutivos da vida genérica da espécie humana e seu intercâmbio com a natureza se articularam em escala global e impulsionam, em sua mais absoluta ‘normalidade’, a escalada avassaladora da produção destrutiva em escala verdadeiramente planetária. Em seu desenvolvimento histórico, a realização do capital como sistema globalmente expandido e integrado construiu um mundo em que a devastação planetária já não é um espectro abstratamente projetado num futuro longínquo e improvável, mas a escalada insustentável e incontrolável de um processo autodestrutivo que só poderá ser revertido mediante a supressão histórica do poder social do capital.

À medida que a flagrante ameaça que a reprodução indefinidamente ampliada do capital representa às bases sociometabólicas da vida humana se tornar cada vez mais concreta e urgente, o questionamento sistemático e generalizado dos valores, das formas da

proletariado vê que o capitalismo pode levantar a economia nacional, isto se refletirá inevitavelmente sobre a classe operária que tratou de fazer uma revolução, foi esmagada, e experimentou um desengano. Se o capitalismo leva a economia para cima, terá conquistado o proletariado pela segunda vez, arrastando as massas atrás dele. Desde o ponto de vista teórico, vemos que o socialismo tem direito a existir precisamente porque o capitalismo não é capaz de desenvolver as forças produtivas. Nossa revolução cresceu sobre bases econômicas e antes da revolução éramos parte integrante da economia mundial. Se o capitalismo for capaz de desenvolver as forças produtivas, teríamos de chegar à conclusão de que nos equivocamos desde a raiz em nosso prognóstico – o capitalismo é uma força progressiva, desenvolve suas forças produtivas mais rápido que nós; o bolchevismo chegou ao poder demasiado cedo, e a história castiga muito rudemente os nascimentos prematuros. Isto seria assim se o prognóstico otimista para o capitalismo tivesse alguma base. Mas tem alguma base? É difícil demonstrar. Mas no momento a burguesia não pode prová-lo, e não pode fazê-lo. Na Europa não há nenhum desenvolvimento das forças produtivas. O que está acontecendo são crises e uma fratura das forças produtivas disponíveis. – este é o fato básico. Portanto, devemos dizer que o socialismo tem direito a existir, a se desenvolver e a todas as esperanças de vitória”. TROTSKY, (2008, p. 95).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

consciência e das relações sociais de produção, propriedade e poder que estruturam a ordem do capital pode se tornar mais uma vez inevitável. A longa ascendência histórica do sistema do capital chegou a seu fim no momento em que a mundialização do capital acirrou todas as suas contradições, antagonismos e tendências estruturalmente destrutivas. Com a marcha cada vez mais acelerada de sua autorreprodução destrutiva, as relações sociais de produção, propriedade e poder inerentes ao capitalismo entraram em contradição com o desenvolvimento histórico das forças produtivas e com os próprios limites da natureza. Isso não quer dizer que o capitalismo desaparecerá afogado na barbárie de sua própria ‘crise final’: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção só pode ser ‘resolvida’ pelo desenvolvimento histórico de um modo de vida e de produção capaz de preservar suas bases naturais da vida e transformar as forças produtivas historicamente desenvolvidas na base material adequada para a satisfação das necessidades humanas em escala sempre ampliada e a produção crescente de tempo livre disponível para todos os indivíduos – a verdadeira medida de toda a riqueza, de todo valor e de toda a beleza que ainda podem conter a condição humana numa sociedade comunista.

Em meio à marcha cada vez acelerada dos processos autodestrutivos em curso, o primeiro século da revolução social chegou ao fim, mas não encerrou a época mais revolucionária da história. As contradições e antagonismos estruturais do capital não foram suprimidos pela restauração capitalista e pela ofensiva política, ideológica e econômica que se lhe seguiu nas últimas décadas. Se a revolução foi banida do horizonte durante o período marcado pela restauração do capitalismo e a hegemonia do ‘reformismo sem reformas’ exerce hoje um papel crucial na administração da crise completa do capital, com o aprofundamento da crise estrutural do capital as estratégias reformistas e nacionalistas serão definitivamente postas à prova²¹. Seu fracasso, ao pôr em evidência a profundidade da crise do capital e a crise

²¹ Entre 1999 e 2003, a América Latina foi palco de uma série de situações revolucionárias que tiveram seu epicentro na Bolívia, no Equador, na Venezuela e na Argentina. Sob o peso do imenso saque de riquezas desencadeado pelas políticas privatizantes que foram impostas à região pelo imperialismo, a decomposição dos partidos burgueses tradicionais e a derrubada sucessiva de governos pelo movimento de massas tornou-se inevitável, dando lugar a uma série de ‘governos de esquerda e centoesquerda’, em que o recurso às velhas fórmulas do nacionalismo burguês e pequeno burguês e a novas edições da política de frente popular foi mais

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de direção do proletariado mundial, pode recolocar na ordem do dia o desafio histórico de uma estratégia socialista, internacionalista e revolucionária no século XXI.

Mesmo que as condições subjetivas necessárias ao desenvolvimento de uma situação revolucionária em escala mundial ainda não estejam presentes duas décadas após os acontecimentos que determinaram o fim do primeiro século da revolução social, as bases objetivas para a retomada das lutas da classe trabalhadora no próximo período serão as mais favoráveis desde a restauração do capitalismo. A crise de direção do proletariado mundial não é uma determinação ontológica. Se a imensa maioria das direções e representações sociais, sindicais e políticas da classe trabalhadora já não possuem qualquer representatividade ou inserção concreta no seio da classe, se a maioria delas já não possui qualquer autonomia material, política ou organizativa diante do Estado e da patronal, nada nos autoriza a supor que a profunda crise de direção que passa o proletariado mundial não possa começar a ser superada por um amplo processo de reorganização da classe trabalhadora, que encontrará condições cada vez mais favoráveis a seu desenvolvimento numa conjuntura marcada pela necessidade concreta de autodefesa da classe trabalhadora.

O papel exercido pelos ‘governos de esquerda e centoesquerda’ na sustentação do regime político e da própria ordem social do capital tende a se esgotar historicamente diante da magnitude de sua crise. Seu controle sobre a maior parte das organizações e direções do movimento de massas pode ser colocado em xeque à medida que a necessidade de autodefesa da classe trabalhadora se fizer sentir cada vez mais dramaticamente. Se as relações sociais de produção, propriedade e poder que estruturam a sociedade capitalista ainda não estão em questão, os desdobramentos históricos da maior crise do capitalismo desde 1929 podem abrir novamente espaços para o desenvolvimento de situações revolucionárias em que estará colocado, pela primeira vez desde o fim da URSS, o colapso do stalinismo e a capitulação completa da socialdemocracia, o desafio histórico de sua direção.

uma vez empregado para canalizar a insatisfação popular e colocar sob tutela estatal as principais organizações e direções do movimento de massas. Agora são estes governos que serão postos à prova diante da crise que apenas começa a se abater sobre toda a América Latina.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. Como la crisis de 29, o más... Um nuevo contexto mundial. In: **Crack del Capitalismo Mundial**. Copyleft. Condor Editores. Peru, 2008.

DUMÉNIL, G. et LÉVY, D. **The real and financial components of profitability**. MODEM-CNRS and CEPREMAC-CNRS. 2005.

GONZÁLEZ, J.L.G. **Tendencia histórica de la tasa de ganancia en EE.UU.** (1929-2006). Disponível em: <<http://www.geocities.com/redeculturalin/tasadeganancia2007>>.

ITURBE, A. A pior crise capitalista desde 1929? Informe oral apresentado no IX Congresso Mundial da Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-CI). Publicado no número 19 da **Revista Marxismo Vivo**. 2008.

MARX, K. **O Capital**. Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. In: **Manuscritos de 1861-1863**, caderno XX, extraído de “Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Manuskript 1861-63)”, *Mega*, II, 3.6. Berlim, 1982, pp. 2053-2059. Traduzido do original alemão por Jesus J. Ranieri. Apud, Romero, D. *Marx e a Técnica*. P. 237/38. Ed. Expressão Popular. S. Paulo. 2005.

MARX, K. **Le Capital**, livro II. Paris: Éditions Sociales, 1867.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SHAIKH, A. **Valor, acumulación y crisis**: ensayos de economía política. Bogotá. Tercero Mundo Editores. 1991.

TROTSKY, L. Sobre a questão das tendências de desenvolvimento da economia mundial. In: **O imperialismo e a crise econômica mundial**. São Paulo: Ed. José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org